A FAMÍLIA NEGRA E A QUESTÃO DA REPRODUÇÃO

Maria Maurília QUEIROGA*

Para uma compreensão do que aconteceu no Brasil após o fechamento das águas nacionais ao comércio de escravos africanos, seria interessante recorrermos ainda que de forma breve, a algumas considerações teóricas a respeito do movimento populacional e sua interação com o modo de produção escravista.

A partir de um estudo sobre os movimentos da população operária e sua relação com os movimentos do capital, Marx afirmou que "... cada modo de produção possui sua lei de população distinta, historicamente vigente." (Gorender, J. - 1980)

No processo de constituição do modo de produção capitalista, a Europa absorveu camponeses e artesãos arruinados, advindos de um modo de produção pré-capitalista. A maturidade desse processo passa a determinar os movimentos da população proletária segundo uma lei própria que Marx descobriu, e assim formulou: "com a acumulação do capital que ela mesma produz, a população operária produz, também, em proporção crescente, os meios de seu próprio excesso relativo. (Marx, K. - Livro Primeiro - p. 660 - in Gorender, J. - 1980)

Implica dizer que, o próprio funcionamento do modo de produção capitalista cria um exército industrial de mão-de-obra de reserva que é, ora aproveitado, ora expelido do interior da produção. É dessa dinâmica que, a um certo nível, surge o incremento ao crescimento vegetativo de sua população que, em última instância, responsabiliza-se pela manutenção de sua superpopulação relativa.

*Psicóloga, mestrandas em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais - integra o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher/UFMG.
"Na prática, sabemos que a população operária aumenta, ao longo do tempo, às custas do próprio crescimento vegetativo ou do reforço eventual de contingentes externos de origem nacional ou estrangeira." (Gorender, J.- 1980)

Com relação ao modo de produção escravista colonial, o processo é inverso. A dinâmica de desenvolvimento econômico, ao invés de criar uma superpopulação relativa, tende à diminuição absoluta da população escrava, com uma decorrente escassez. Ao mesmo tempo, todo aumento de produção decorre do aumento do número de trabalhadores, uma vez atingido o limite possível da duração e da intensidade da jornada de trabalho.

Por ser o escravo uma propriedade valiosa, há, por parte de seu proprietário, interesse quanto à sua conservação, enquanto utilidade produtiva, pelo período mais prolongado possível. "Mas tal interesse teria de combinar-se a outro de sentido oposto: o da obtenção do máximo de produção no menor tempo de vida útil do escravo." (Gorender, J.- 1980)

Portanto, "...do mecanismo econômico do escravismo colonial decorriam duas consequências: 1) a tendência ao decréscimo absoluto da mão-de-obra em operação; 2) a necessidade de suplementação externa de mão-de-obra, a fim de expandir o volume da atividade produtiva." (Gorender, J. - 1980)

Com a abolição do tráfico intercontinental de africanos para o Brasil, a questão referente ao abastecimento de mão-de-obra externa, isto é, a suplementação de trabalhadores via África suprimida, surge uma necessidade nova no sistema, provocando-lhe reajustes. Tal reajuste será, entretanto, observado em obediência à sua lei específica da população trabalhadora do modo de produção escravista colonial: "...o volume de abastecimento externo de mão-de-obra varia na razão direta das variações de sua rentabilidade. (Gorender, J. - 1980)

"A lei da população escrava impôs o reajuste interno do sistema escravista brasileiro de tal maneira que, as regiões de economia decadente passaram a fornecer escravos à região de economia florescente. Esta última induziu nos demais o comportamento de fontes externas de abastecimento de mão-de-obra, o comportamento sucedâneo da África. Em termos concretos, isto significou principalmente a transferência gradual de escravos das regiões do açúcar e do algodão,
no Norte e Nordeste, para a região de mineração em Minas e parte de Goiás, e, posteriormente do café, no Vale do Paraíba e no Oeste Paulista. Certa quantidade de menor de escravos também foi transferida para Extremo Sul."(Gorender, Jacob - 1980)

Mesmo antes da extinção intercontinental, o tráfico interprovincial, ligado à redistribuição pelas praças do Rio, Salvador e Recife, algumas províncias do Nordeste, principalmente Ceará, em função das secas faziam remessas esporádicas de escravos para o Sul.

Após 1850, o tráfico interprovincial se tornou um conduto regular e substancial de abastecimento de mão-de-obra. Estima-se que, em 35 anos, os municípios cafeeiros absorveram cerca de 300 mil escravos fornecidos pelo tráfico intraprovincial, isto é, neste último caso, pelas transferências de municípios não-cafeeiros do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.

"Reproduziram-se, então, as mesmas cenas do tráfico africano: comboios de negros trazidos pelas estradas ou a bordo de navios, em condições que não seriam tão horribles como as das caravanas na África e da travessia oceânica para o Brasil, porém não deixava de lembrá-las em muita coisa. Segundo cifras citadas por Tavares Bastos, de janeiro de 1850 a abril de 1852, chegaram às províncias da cidade do Rio de Janeiro, 37.408 escravos. De 1850 a 1865, as províncias do Norte da Bahia para cima enviaram 43 mil escravos. De 1854 a 1863, em dez anos, somente a Bahia remeteu ao Rio 9.326 escravos." (Gorender, J. - 1980)

As saídas e entradas legais de escravos no Rio de Janeiro até 1885, deixaram-lhe um saldo positivo de 32.080 trabalhadores escravos.

"Se isto sucedia com a província do Rio de Janeiro, cujos fazendeiros de café gozaram de 1850 a 1870 o auge da prosperidade, o reverso da moeda nos é proporcionado pela pesquisa de Peter L. Eisenberg com relação a Pernambuco. Durante 30 anos, de 1850 a 1880, obrigados a vender escravos em pequenas parcelas anuais a fim de cobrir débitos, e já com a possibilidade de substituí-los pela mão-de-obra dos agregados, os senhores de engenho pernambucanos escoaram legalmente para o sul uma média anual de 760 escravos, perfazendo um total de 23 mil no período. Considerando que os senhores de engenho praticavam também o contrabando, com o fim de evitar o pagamento de taxa de tráfico interprovincial,
calcula aquele autor que o número verdadeiro de escravos exportados variam provavelmente entre 1.000 e 1.500 por ano, perfazendo um total de 38.000 . - em 30 anos." (Gorender, J. - 1980)

Outro dado importante a salientar é a continuada diminuição do número de escravos no conjunto do território nacional. Em 1850, o plantel nacional foi estimado em 2.500.000; já em 1873 constava dos registros apenas 1.542.230 escravos. Quanto ao plantel das províncias cafeeiras do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo que não cessara de crescer até os primeiros anos da década de 70, entra em descenso, a partir daí.

Mesmo depois de promulgada a lei do Ventre Livre, em 1871, o tráfico interprovincial e intraprovincial continuaria a atuar, mercadando inclusive as crianças nascidas livres em decorrência dessa lei, objetivando assegurar o aumento de plantéis nos municípios cafeeiros, como bem demonstram os dados fornecidos pelas tabelas 12 e 14 de compilação estatística de Robert Conrad: de 1874 a 1883, os oito principais municípios cafeeiros de Minas Gerais aumentaram sua população escrava de 76.664 a 86.635 indivíduos, enquanto a população escrava de municípios não cafeeiros decrescia de 150.638 a 93.991. Na província do Rio de Janeiro, entre 1873 e 1882, onze municípios cafeeiros aumentaram sua população de 218.795 para 166.009, enquanto que, no mesmo período, 23 municípios não cafeeiros sofreram uma baixa da população escrava de 152.557 a 112.822. Em São Paulo, de 1874 a 1882, 35 municípios cafeeiros tiveram aumento de 91.688 para 107.441 escravos.*

Tendo em vista discussir a questão da reprodução de mão-de-obra escrava, como forma de substituição do tráfico africano para o Brasil, passo à discussão da mesma situação nos Estados Unidos pós-abolição, por o mesmo apresentar uma configuração diferente frente à situação. Lá, o escravismo estendeu-se 53 anos após a abolição do tráfico, e o plantel nacional mais do que triplicou neste período, chegando quase a 4.000.000 de escravos em 1860.

Tal aumento se deveu, em parte, à prática de contrabando de africanos,

sendo a cifra geralmente admitida em, no mínimo, 270 mil, entre 1808 e 1860 e o máximo 1 milhão, segundo diferentes estudos. O outro motivo responsável também por esse aumento da população, no mesmo período, é o incremento vegetativo desta população. Segundo Genovese, "os escravos do Velho Sul constituíam a única classe de escravos de plantagem no Novo Mundo que se reproduziu com sucesso." (Gorender, J. - 1980)*

Gorender discorda de Genovese quanto ao caráter marcadamente paternalista da sociedade escravista norte-americano, principalmente quando se deu o "boom" algodoeiro, por ser ele incompatível a esse nível, com as condições impostas pela febril produção de algodão e de açúcar, ou as plantagens de arroz e anil que, dado o caráter calculista dos plantadores, abreviava a vida útil do escravo, levando à sua substituição, em menos de 10 anos. Acrescenta, ainda, Gorender "... que não teria sido possível o crescimento vegetativo da população escrava dos Estados Unidos, em seu conjunto, sem que se estabelecesse a divisão de funções entre Estados escravistas, exportadores, e Estados escravistas, importadores de mão-de-obra. Houvesse ou não a intenção deliberada de criar escravos para a venda, e, creio patente tal intenção, o fato é que, sem aquela divisão de funções, seria inviável aos velhos Estados escravistas formar excedentes de escravos nativos com relação às suas próprias necessidades produtivas. A formação desses excedentes só se explica pela existência de novas áreas de economia escravista ascensional, que precisavam absorver sucessivos contingentes de escravos de origem externa."

"Não houvesse compradores de escravos do Alabama, do Mississípi e da Louisiana, não subisse o preço dos escravos até triplicar ou quadruplicar, nenhuma razão subsistiria para que os senhores da Virgínia, de Maryland e do Kentucky criassem, até a idade adulta, um número de filhos de escravos superior ao que, previsivelmente, ia receber ocupação na própria região, onde a economia escravista já não tinha perspectivas de expansão. Se o suposto bom tratamento conduzia ao incremento vegetativo da população escrava, é óbvio que o excedente sobre as possibilidades de sustento produtivo libertado. Também obviamente foi a primeira alternativa que se efetivou." (Gorender, J. - 1980)

Enfim, se o movimento da população escrava nos Estados Unidos seguiu direção oposta à do Brasil ou outros países escravistas, ainda assim, o comando desse processo coube à lei da população escrava que, no caso, induziu a emergência de regiões especializadas na criação e exportação de escravos, determinando o aumento vegetativo da população escrava em seu conjunto.

Um exame teórico dessa variante vai explicitar contradição no interior do sistema escravista. Em África, como sabemos, a criação de escravos para venda não existia. O elo inicial da cadeia que compõe o processo como um todo estava na captura que Marx chamou de "pirataria" de "elemento da economia natural", portanto, à margem do processo de circulação, consistindo simplesmente na "... apropriação natural da força de trabalho alheia por meio da coação física direta." (Corender, J. - 1980)

Uma queda na demanda de escravos levaria à diminuição das capturas, e, consequentemente, das trocas, porém a economia africana não seria afetada por nenhuma espécie de crise.

Quando, no entanto, os escravos precisam ser "criados", isso se constitui numa variável para esse sistema econômico.

A criação de escravos implica o investimento num produto, a médio ou longo prazo. Por outro lado, "... a venda desses escravos "produzidos" se tornam, também, como observou Marx "... um elemento da reprodução anual" (Corender, J. - 1980)

Vista desta forma, a queda na demanda ou nos preços desta "mercadoria" traz consigo elementos de uma crise para a economia criadora de escravos destinados à venda.

Como um escravo já pronto para a venda, que não se efetiva em tempo hábil, implica um investimento, o retardar da mesma implicará a desvalorização progressiva do capital investido. Se a venda de escravos for a principal fonte da economia de um Estado, como foi para muitos escravistas do Alto Sul, a total decadência econômica é uma questão de tempo.

"Por conseguinte, é evidente que a criação de escravos para a venda faz o sistema escravista muito mais vulnerável às oscilações do mercado e, sobretudo, à cessação das possibilidades de expansão." (Marx, K. Livro Segundo, p.475, in Corender, 1980)

Enquanto pode operar livremente, o tráfico negreiro garantiu a reposição dos braços escravos indispensáveis ao funcionamento da sociedade colonial,
portanto, a reprodução escrava esteve sempre associada à questão do tráfico. Quando, em 1850, isso se tornou impossível (vários autores, entretanto, fornecem dados a respeito do tráfico africano clandestino até 5 anos depois da lei) ainda foi o tráfico, agora interno, que alimentou as regiões da economia florescente, deixado a descoberto, no entanto, as responsáveis pela exportação.

"O raciocínio dos proprietários de terra era de que, ... o escravo trabalhando um ano, além de plantar e colher para o sustento, dava produto líquido que cobria, pelo menos, o seu valor; do segundo ano em diante, tudo era lucro. Portanto, para que se preocuparem muito com eles, quando é tão fácil obter novos por preço baixo?" (Conrad, R - 1978)*

"Em 1849, um cidadão britânico, testemunhando ante uma comissão da Câmara dos Lordes, declarou: 'No Brasil, os escravos estão sendo trazidos continuamente para e país e morrem. O Índice de mortalidade nos primeiros dois ou três anos de poe da importação, por uma ou outra razão, é enorme'. Aqueles que entram no Brasil 'pouco mais fazem do que ocupar o lugar de gerações que morrem.'" (Conrad, R - 1978).

Se assim eram vistos os escravos já produtivos, "não é difícil imaginar quão limitado deve ter sido o interesse conferido à reprodução ampliada, à geração e sustento durante a fase não produtiva de futuros trabalhadores escravos. 'Em todas as palestras entre fazendeiros se ouvia este cálculo: Compra-se um negro por 300$000, colhe no ano 100 arrobas de café que produzem líquido pelo menos seu custo; d'ali em diante é lucro; não vale a pena aturar as crias que só depois de 16 anos darão igual serviço." (Giacomini, Sônia M - 1988).

Entretanto, a família prolífica negra, em função de escassez de mão-de-obra, seria o único meio a permitir aos senhores escravocratas esperar manter à sua disposição os braços para o trabalho. Ela passa a ter uma rica variedade de notação econômica em tal conjuntura. Apesar de as leis da igreja determinarem o casamento também para o escravo e sendo a população brasileira eminentemente católica, a classe escravista mostrou-se pouco interessada em respeitar ou aceitar esse tipo de união.

* "Senador Cristiano Otoni". - Discurso na Câmara Superior Brasileira - in Conrad, Robert - 1978
Sem que se alterasse muito o quadro, a partir de 1850, uma variedade de condições e políticas contribuíram para um excesso de mortes sobre os nascimentos entre os escravos do Brasil e sua consequente incapacidade para manterem seus números através da reprodução natural. Essas condições incluíram uma proporção baixa de mulheres em relação aos homens, escassez de casamentos e de vida familiar e a desatenção habitual para com a prole dos escravos, o uso frequente de severos castigos físicos, trabalho esgotante, tanto para mulheres quanto para homens, roupas inadequadas, alimentação e habitação deficientes e pouco higiênicas, juntamente com cuidados médicos pouco eficientes, além de frequentes epidemias.

A CRIANÇA NEGRA

Em 1738, foi fundada no Rio de Janeiro, na Santa Casa de Misericórdia, a Roda e a Casa dos Expostos. "A Roda era um dispositivo cilíndrico, dividido em duas partes, dando respectivamente, uma para a rua e outra para o interior da Santa Casa. Era assistida por uma ama roda que, dia e noite vigiava a entrega dos expostos, tendo como obrigação recolher essas crianças, cuidando para que fossem entregues às famílias que as adotassem."(Gama Lima e Pinto Venâncio - 1988)

As crianças aí recolhidas, permaneciam de um a dois meses, na espera de quem as acolhesse. Nesse tempo de espera, o índice de mortalidade era assustador, de 50 a 70%. Os que sobreviviam eram enviados às criadeiras pagas pela própria Santa Casa, que se responsabilizavam por essas crianças até a idade de 7 anos, quando eram entregues a uma família que as manteriam sob sua responsabilidade até os 14 anos, quando então, esses menores poderiam se empregar, percebendo um salário. Caso não houvesse uma família disposta a adotá-los, crianças de gênero masculino eram encaminhadas ao Arsenal de Marinha; as do gênero feminino, ao recolhimento das Orfãs.

Apesar de este estabelecimento receber enfeitiçados em geral, sabemos,

*Publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos - CEAA do Conjunto Universitário Cândido Mendes - junho/88 - Texto de: Lana L. G. Lima e Renato P. Venâncio.*

330
com certeza, que esse era o local para onde crianças negras, por vários motivos, eram encaminhadas. Entre o século XVIII E XIX, a Roda recebeu 42.200 crianças. Após 1871, é possível que esse número tenha triplicado. A Roda dos Expostos foi o desembocadouro natural para os filhos de escravas com seus senhores, os chamados pardos nas estatísticas dessa instituição. Foi também o espaço onde mulheres negras, temerosas sobre o futuro do filho, buscavam dar a ele uma suposta liberdade.

A Roda significou, também para o proprietário de escravos, um espaço que o propiciou mais lucros. "... é necessário reprimir o abuso dos senhores de escravos que mandam lançar na Roda ou abandonam ingênuas, com o fim de alugarem as mães ou obterem delas maior soma de trabalho." (Giacomini - 1988)*

Anúncios de Jornais do século XIX mostram bem uma das principais funções da Roda.
'Aluga-se uma boa ama-de-leite, para 20 dias, muito carinhosa para crianças' (Jornal do Comércio, 01/08/1850).
'Aluga-se uma preta para ama-de-leite, parida há 7 dias, com muito e bom leite' (Jornal do Comércio-15/08/1850).
'Vende-se uma boa ama-de-leite do primeiro parto e com 20 dias de parida.' (Jornal do Comércio, 07/08/1850).
'Aluga-se, para ama-de-leite, uma preta com leite de 15 dias, muito limpa, de muito bom leite e sabe coser e tratar bem de crianças.' (O Anuncião: Folha Diária, 26/02/1874).
'Aluga uma riquíssima ama, com leite de doze dias, muito carinhosa, sabendo coser perfeitamente e tratar de crianças com todo o melindre e desvelo' (O Grátis: Publicador de Anuncios, 16/05/1850).
'Aluga-se uma ótima ama sem cria' (Jornal do Comércio, 01/08/1850).
'Na rua do Espírito Santo há uma ama de leite para alugar, parida de 8 dias, sem pensão do filho' (Jornal do Comércio, 24/07/1850).
'Vende-se uma preta de nação, com bastante leite e da primeira barriga, sem cria, mui vistosa e rapariga' (Diário do Rio de Janeiro, 04/07/1850).
'Aluga-se uma preta para ama com muito bom leite, de 40 dias e do primeiro parto, é muito carinhosa para crianças, não tem vício algum e é muito saudável; e tam

Costa, Jurandir Freyre - "A ordem Médica e Norma Familiar - Rio de Janeiro - Edições Graal - 1979 - in Giacomini".

331
bém se vende a cria' (Jornal do Comércio, 03/08/1850).
'Aluga-se uma preta que cozinha bem e lerva, a qual se dá em conta por levar uma cria' (Jornal do Comércio, 05/07/1850).

Podemos imaginar que as crianças seriam de pouca ou nenhuma utilidade aos senhores que alugavam ou compravam escravas para o serviço doméstico, além de representarem um custo suplementar. Quando a escrava com filho era adquirida como ama-de-leite, as essas desvantagens se acrescentaria, no mínimo uma outra: o senhor ser constrangido a aceitar que a ama partilhasse leite e atenção entre o nhonhô e o moleque. (Giacomini, S.M.1988).

Assim vimos, que a existência das "mães pretas" foi, na prática, a negação da maternidade da mulher escrava e a mortalidade de seus filhos. Mais uma expropriação da Senzala pela casa-grande e a constatação da impossibilidade de proliferação do negro enquanto força de trabalho.

As melhorias das condições de vida da população escrava após 1852 foram incapazes de manter seus números através de meios naturais, e não faltaram vozes nacionais e estrangeiras que não afirmassem que o excesso de mortes sobre os nascimentos seria o mais importante fator na extinção da escravatura. Na década de setenta, um deputado baiano comenta que a estimativa de 5% de diminuição anual da população de escravos no Brasil era uma condição anormal, com suas raízes nas precárias condições sociais e higienicas dessa população.

"As estatísticas existentes sobre a escravidão no Brasil confirmam os numerosos relatórios contemporâneos sobre a incapacidade dos escravos brasileiros de aumentarem seus números através de meios naturais, durante o século XIX. O número de escravos no Brasil, em 1798, segundo afirmado, era de 1.582.000. Entre 1800 e 1850, foram importados, provavelmente, 1.600.000 escravos pelo Brasil. Se, por consiguiente, a população rivesse sido mantida pela reprodução natural (o que era difícil, é claro, devido ao baixo número de mulheres em relação ao número de homens), os escravos do Brasil deveriam ter sido aproximadamente três milhões em 1871, o ano da Lei Rio Branco, que libertou todas as crianças nascidas desde esse momento até então. Contudo, só havia 1.540.829 escravos registrados ao abrigo das provisões dessa legislação."

(Conrad, R. – 1978)
A Lei do Ventre Livre é especialmente importante para a compreensão do período estudado, pois sua homologação em 1871, e todo o debate em torno de la, durante anos se constitui em riquíssimo material de análise da situação criada pela extinção do tráfico e as dificuldades não resolvidas, que foi a escassez de mão-de-obra escrava.

A MULHER ESCRAVA

Dados sobre a composição sexual da população escrava fornecidos pelo Censo de 1872 mostram que, dos 805.170 escravos existentes, 503.744 (62%) estavam empregados na agricultura; das 705.636 escravas, 304.657 (45%) encontravam-se no mesmo setor de atividade. Compreende-se, por esses dados, que houve um privilegiamento do potencial produtivo da escrava, o que logicamente influiu em seu potencial para reprodução.

Sua situação como trabalhadora da plantação esteve sempre determinada pela sua condição de "coisa", propriedade do senhor escravocrata. A esta condição, soma-se a particularidade de ser mulher, matriz na reprodução biológica.

"A realização combinada dos potenciais produtivos e reprodutivos da escrava se revelaram incompatíveis sob uma lógica que privilegiou o lucro imediato e conduziu objetivamente ao consumo dos escravos no processo de produção. Compreende-se, pois, que as negras pejadas e as que amamentavam não eram dispensadas da enxada: duras fadigas impediam em algumas o regular desenvolvimento do feto, em quase todas geravam o desmazelio pelo tratamento dos filhos e, daí, as doenças e a morte às pobres crianças." (Giacomini, S. M. - 1988)

A essa dificuldade colocada pelo próprio sistema de trabalho, um dado também importante é a já citada disparidade na composição sexual, onde calcula-se a média de uma escrava para 3 escravos. "Pela vantagem mais decidida do serviço dos negros sobre o das negras, sempre o número de escravos é triplicado a respeito das escravas: coisa esta que perpetua o inconveniente de se não propagarem, nem se aumentarem as gerações nascentes." (Corender, J. - 1980)

Vítima, tanto quanto o homem, da violência física, dada a sua especialidade biológica, essa violência era quase sempre acompanhada de abortos. Uma denúncia de um delegado de polícia de Valença no Diário do Rio de Janeiro, 21/07/1871,
ilustra bem o cotidiano dessa mulher em época já muito próxima à promulgação do Ventre Livre.

"Dizem que a pardinha Leocâdia ... acha-se em deplorável estado, motivado de um aborto e este resultado da ter sido espantada... E espera-se que não seja esse facto abafado, como tem sido outros." (Giacomini, S. M. - 1988)

Como podemos ver, os senhores escravocratas, de variadas formas, impõem conscientemente os nascimentos na população escrava. Uma outra forma que também, em todo o período da escravidão, limitou o crescimento natural da população escrava eram os infantícios executados pelas próprias mulheres negras. "A escrava mata o filho antes de nascê-lo, ao nascer ou no berço, para poupar à sorte miseranda que o aguarda; mata o escravo querido para lhe dar a única alforria a que pode aspirar." (Diário do Rio de Janeiro de 1871)

"Convém lembrar, não obstante, que, nesse gênero de "alforria", muitas vezes, às mães antecedem ao senhores. É o caso, por exemplo, do infantídio cometido em 1881 por um senhor que em vista da Lei do Ventre-Livre, acabava de atirar à rua, para morrer, um recém-nascido de escrava sua. Era a terceira vez que assim agia, tendo liquidad o anteriormente outros dois filhos de mesma escrava." (Giacomini, S. M. - 1988)*

Fatos como esses, vastamente denunciados pelos jornais anti-escravocratas, deixam-nos bem à vontade para afirmar que não houve na mentalidade escravista nenhum interesse na procriação dos planteis de escravos.

A família negra constituída, impedida sistematicamente dentro do sistema, é outra prova disso. Com total liberdade para decidir sobre o conjunto da vida do escravo, os interesses do senhor parecem ter sido incompatíveis com a existência de uma família escrava no Brasil. Inclusive, uma leitura nos textos de projetos de lei neste sentido sempre contiveram a noção de "família compreendendo única e exclusivamente a relação mulher - escrava - filhos.

As causas das resistências de senhores escravocratas em permitir a união entre escravos estavam ligadas a razões estritamente econômicas e se ca

racterizavam pela dificuldade de se manter unidos marido—mulher e filhos em caso de vendas. Outro problema a que se referiam, era o de união entre escravos de proprietários diferentes, visto que a lei previa que os filhos da escrava pertenciam ao dono de sua mãe.

Podemos deduzir também que, dadas as relações sociais no Brasil os cravista, os escravos não viajam qualquer vantagem em casar-se, pois sabiam que, à vontade de seu proprietário, maridos, esposas ou filhos eram separados, vendidos para locais distantes, com muito pouca chance de se verem novamente. Ademais, sabiam que futuros filhos seriam escravos tanto quanto eles.

Depois de 1850, contudo, uma parcela de proprietários brasileiros, com o meça a ver com bons olhos a bem sucedida "reprodução" de escravos nos Estados Unidos e pensam em seguir seu exemplo.
O deputado Silveira da Mota, de São Paulo, afirmou em 1854, que "a indústria de reprodução de escravos dos Estados Unidos ainda não se desenvolvera no Brasil". Em 1855, um fazendeiro do Rio de Janeiro conta que o sucesso da "reprodução" nos Estados Unidos poderia se dar aqui, caso os proprietários prestassem mais solicitude pela gravidez, mais zelo e cuidado para com recém-nascidos e crianças (Conrad, R.—1975)
Outro grande proprietário, João Severiano Maciel da Costa, depois Marquês de Quelus, aconselha no sentido de favorecer os casamentos entre escravos, também pretendendo dar orientação sistemática a respeito da reposição de escravos, sem o auxílio do Tráfego.

O CLERO E A ESCRAVIDÃO

"Ao que parece, somente as ordens religiosas tinham a preocupação sistemática com a reprodução vegetativa dos seus plantéis. Silva Lisboa escreveu que os jesuítas deixaram seus engenhos e fazendas cheios de escravatura numerosa, onde era raro achar negro da Costa da África. Koster observou, em Pernambuco, que o plantel de cem escravos da propriedade dos Beneditinos já era totalmente crioulo, sucedendo quase o mesmo na propriedade dos Carmelitas. Os frades incentivavam a procriação, ao ponto de permitirem casamentos de ho
menos livres com escravas, porém, não o contrário, isto é, de escravos com mulheres livres, (neste caso, os filhos também seriam livres). Além disso obrigava os mulatos muito claros a casar com escravas mais escuras. Emfim, havia um zelo pela conservação do quantitativo do plantel, o que dava ao tratamento sua ve diaspansão aos escravos dos monges significado não menos calculista do que o do tratamento inverso por parte dos senhores de engenho. Ao crer em Esbank, eram das ordens religiosas os únicos exemplos de criatório deliberado de escravos. A Ordem de São Bento mantinha um criatório centralizado num estabelecimento rural da Ilha do Governador, onde os negros nativos, cuidados até atingir certa idade, partiam para trabalhar nas propriedades da Ordem no interior do país. Os Carmelitas, ainda segundo Esbank, possuíam uma fazenda em Macacu, no Rio de Janeiro, um criatório de escravos, que dali eram enviados à cidade e em pregados no exercício de alguma profissão, com o que rendiam duas vezes mais do que no cultivo da terra." (Gorender, J. - 1980)

Por volta de 1850, é escrita pelo baiano Luís Anselmo da Fonseca, obra que, em 680 páginas, juntamente com uma análise da questão do cativareiro, lança terríveis acusações à Igreja.* Murilo de Guveia, em "História da Escravidão", dentre outras citações da referida obra, diz o seguinte: "O Clero Brasileiro, considerado como classe ou corrupção, nunca representou no país um papel importante, nem sobre o ponto de vista intelectual, nem sobre o moral". Segundo Fonseca, a ociosidade à qual ela se entregava, o descaso pela sorte dos escravos, os exemplos pouco edificantes que dava, eram circunstâncias que a levavam a negar sua origem em Jesus Cristo, e sua prática de justiça. Continuando sua crítica contundente, o autor acrescenta que "o clero brasileiro há hoje representado, geralmente por homens vulgares, dotados de pouca instrução, tão ambiciosos como egoístas, frouxos nos costumes e excessivamente amantes da comodidade e do gozo. Geralmente, são alheios a todas as conquistas do espírito humano e fazem num atraso intelectual realmente pavoroso."

Para Guveia, ainda orientando-se pelas teses de Fonseca, "em verdade, pelo menos tradicionalmente a ação da Igreja, na paisagem conturbada do universo escravo, teve uma dupla e contraditória atitude. Convêm, desde já, assinalar

*Autor não esclarece data de publicação da obra cujo título é A Escravidão, o Clero e o Abolicionismo
que, aquela ação foi completamente nula."

No que diz respeito à ação pessoal, vários foram os representantes da Igreja que se empenharam isoladamente em ações contra o tráfico e contra a escravidão, relacionando as instituições brasileiras que a discutiam, citam alguns ilustres nomes. É importante assinalar, contudo, que essa não era a postura do clero, enquanto instituição.

Muitos desses, inclusive, sofrem em épocas diferentes, punições da cúpula clerical, via Portugal.

Luiz Agassiz, em viagem ao Brasil – 1872, comenta que, alguns obstáculos que se opõem aos progressos do Brasil, obstáculos que atuam sobre o povo como uma espécie de moléstia moral, a escravidão é esse grande mal. Ao lado desse mal, ... "eu indicarei entre as influências fatais ao progresso, o caráter do clero."

Parece verdadeiro tudo que autores como Agassiz, Fonseca ou Gouveia têm dito a respeito do clero. Inclusive, aforrías coletivas autordas por sacerdotes católicos e com elas, discursos que apoiavam a abolição do trabalho escravo, só aparecem nos escritos históricos, após a promulgação da "Lei do Vento Livre, em 1871; da libertação operada no Ceará em 25 de março de 1884; no Amazonas, em 10 de julho do mesmo ano; da lei que libertou os sexagenários em 28 de setembro de 1885; da que aboliu a pena de açoite, em 15 de outubro de 1886. Esses movimentos emancipacionistas influíram de certo modo, no espírito da classe clerical, fazendo exercer sobre eles a pressão de campanhas reformistas.

No entanto, é possível acreditar que do púlpito sairia as grandes armas contra a degradação do contingente escravo em todo o período da escravidão. Os sermões convocariam os fiéis para um movimento nacional que poria abaixo a escravidão, sem a necessidade de tantas leis e desaumentos das mesmas.

No entanto, podemos concluir com Joaquim Nabuco que "A Igreja Católica, apesar de seu imenso poderio em um país ainda em grande parte fanatizado por ela, nunca elevou no Brasil a voz em favor da emancipação." (O Abolicionismo)

Daí, concluir-se que o cristianismo representado pela Igreja, o Evangelho de que ela se reveste e os votos solenes de uma existência de devotamento à carida
de, mantiveram-se divorciadas da pregação abolicionista através dessa neutralidade que via o sofrimento do homem negro sem por ele se interessar; que via o ente humano tratado como animal sem intervir; que assistia ao esti- lamento de sua sociedade, sem socorrê-la; que cruzava os braços diante do crime sem demun-
ciá-lo. Tal passividade, fez da instituição católica uma co-participante do es-
cravismo." (Gouveia, M. - 1955)

"Os ensinamentos cristãos eram vistos com bons olhos pelos senhores a
penas enquanto estivessem servindo à ordem escravista ou seja, falassem aos
escravos de "deveres de humildade, de docilidade e de terríveis sanções no além,
caso caíssem em faltas."

"Padres e bispos que ousassem desafiar a ordem estabelecida passavam a ser ho-
tilizados. A maioria do clero, porém, acomodou-se diante do poder dos senhores
... e do 'status quo' escraviçista. Padres e associações religiosas possuíam escravos
... e agiam estrita e naturalmente dentro das normas sociais vigentes.

Em 1842, por exemplo, o Secretário da Polícia informa ao presidente da proví-
cia do Espírito Santo a fuga do preto Victoriano, escravo do Convento do Cam-
ho que fora preso por insubordinação, a pedido do prior do referido convento.

Insinuados no contexto escravista, alguns religiosos chegaram a proceder de ma-
neira a merecer a reprovação até mesmo dos seus contemporâneos, conforme consta-
tam em carta endereçada ao Presidente da Província, em 1847, na qual Josefa
pede justiça para si e para seus nove filhos, já que apesar de forros, foram
vendidos ao padre Ignácio Rodrigues Bermudes. A suplicante relata estar sendo
envolvida por "uma trama onde, estão comprometidos o ... procurador e o Juiz
Mancomunados com o padre." (Almada, 1978)

Assim, podemos perceber o óbvio. Todas as instituições aqui existentes estiveram profundamente envolvidas com a escravidão em todas as suas fases, de maneira a não causar nenhum espanto. Para cada modo de produção estabelecida uma superestrutura condizente também é constituída para a garantia e funcionamento do mesmo.

A breve reflexão a respeito do caráter do clero no período escravista informa-
... sobre sua adequação ao regime e especialmente sua intenção em preserva-lo.

Podemos concluir, no entanto, que tal esforço não mudou o quadro geral da escra-
vidão, resolvendo apenas problemas localizados de manutenção da escravidão na
... conjuntura de escassez.
CONCLUSÃO

O que ocorre na conjuntura entre 1850 e 1888 é que, a lei da população escrava pode demonstrar sua validade enquanto teoria aplicada a uma realidade de concreta.

Quando o Brasil busca alternativas diante da crise generalizada de mão-de-obra escrava, o faz sob uma conjuntura social e econômica bastante precária.

As regiões exportadoras não se encontravam racionalmente preparadas para tais funções e a executavam sem nenhum planejamento. Foram situações tais como: deterioramento do solo acrescido de frequentes secas; o empobrecimento dos proprietários em função de altos investimentos nas compras a prazo de mão-de-obra servil, a queda de preço de seus produtos no mercado internacional, responsáveis, entre outras, pela tomada de posição de tais regiões no mercado interno exportador de escravos.

No que diz respeito à reprodução de mão-de-obra escrava, as possibilidades de surgimento de uma organização familiar negra passariam necessariamente por uma reestruturação da questão da propriedade. Sustenta este fato os debates e discussões em torno do tema, sempre fundados no jurídico, no ideológico e no econômico.

Colocando de lado os fatores reais de risco quanto a possível perda parcial da posse de escravos, outros fatores já mencionados no decorrer do texto, dificultariam profundamente a constituição de núcleos familiares no interior da população escrava. A quantidade de mulheres sempre inferior ao número de homens; a hereditariedade do "status" de escravo aos nascituros, a total instabilidade das relações, motivadas pelas vendas que comumente separavam conjuges entre si ou os filhos de seus pais; a impossibilidade colocada para a mulher escrava no que diz respeito aos cuidados e amamentação dos filhos; todos esses fatores orientaram o sujeito escravo ao estabelecimento de relações temporárias e o temor pelo casamento.

Considerando as implicações sociais advindas de relações econômicas baseadas na escravidão e, principalmente, considerando que a nova ordem social, posterior a 1888, significou muito mais o reajustamento da classe dominante.
frente a uma situação de crise política e econômica, podemos concluir que, para o ex-escravo quase nada mudaria.

Assim como a Lei do Ventre Livre aumentou na época o número de crianças negras abandonadas nas ruas, principalmente do Rio de Janeiro, prenunciando o número assustador de "menores abandonados" hoje em todo país, também a imposibilidade criada no escravismo de "uma família negra" determina na atualidade sua precariedade estrutural, numa conjuntura francamente desfavorável ao bem estar social de 90% de população, cuja maioria sabemos, negra.

BIBLIOGRAFIA


- Freyre, G. - O Escravo nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX - S. Paulo - Brasiliense - 1979


- Gorender, J - O Escravismo Colonial - São Paulo Ed. Ática - 1980


- Mattoso, K - Ser Escravo no Brasil - São Paulo Brasiliense - 1982

- Nizza da Silva, Maria B. - Sistema de Casamento no Brasil Colonial - S.Paulo Ed. da USP. - 1984